

OS DESAFIOS EM EXERCER A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM UM PROJETO INSTITUCIONALIZADO DE CURRÍCULO TRADICIONAL

PEDRO HENRIQUE TIBERY¹; DIULI ALVES WULFF²;
CATIA FERNANDES DE CARVALHO³:

¹*Universidade Federal de Pelotas – pedrohenrique.tibery@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – diulii.alves@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – catiacarvalho.ufpel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho se trata de uma sistematização das dificuldades observadas durante dois meses (agosto e setembro) de coordenação pedagógica no projeto de extensão da UFPel, Desafio Pré-Universitário Popular. Escrito no intuito de cumprir uma demanda do autor enquanto bolsista da Pró-Reitoria de Ensino, e apontar os desafios de se seguir a perspectiva pedagógica popular em um espaço educacional de currículo tradicional.

O Desafio é um curso pré-universitário popular que desde 1993 tenta sanar demandas produzidas pelo Estado, procurando aprovar quem o sistema reproofa seguindo a perspectiva da Educação Popular. Em 1997 foi oficializado como um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas, passando a responder burocraticamente à mesma.

A Educação Popular surge como resposta a um paradigma metodológico curricular institucionalizado nas escolas públicas. Paradigma este que considera o educando um banco a ser depositado certos conhecimentos, uma perspectiva bancária de educação. Sendo a Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1981) a antagonista ao paradigma da Pedagogia dos Tulos (ANDRADE, 2024)¹, ela se descaracteriza à medida em que é institucionalizada, pois para justificar o financiamento do projeto, é necessário ceder ao currículo, ceder à burocracia, ceder à instituição e ceder ao financiador.

Segundo Silva, Silva e Santos (2016, p.544) “é relevante que se evidencie o papel dos que formam a escola, para mostrar a contribuição de cada um a partir de sua especificidade e das diferentes visões que compõem a unidade escolar.”. Nessa perspectiva, entende-se a importância da permanência dos colaboradores que compõem o ambiente educacional tendo em vista que para contribuir é necessário que todos os componentes presentes na construção desse espaço se solidificam enquanto grupo para planejar, vivenciar e avaliar as ações (Silva, Silva e Santos, 2016). Diante da institucionalização depara-se com a necessidade do cumprimento burocrático, o que vem a ser uma barreira frente a construção dialógica e coletiva do grupo pela diminuição da autonomia na execução do projeto.

Diferente do senso comum, a função de um coordenador pedagógico não é necessariamente fiscalizar o cumprimento burocrático do que acontece na instituição escolar, isto é um imaginário que segue a perspectiva gerencialista, porque o senso comum de gestão é a gestão de empresa. Porém quando se trata

¹ A pedagogia dos tolos é o “como” o neoliberalismo se propaga, se agarra, se cola à subjetividade dos discursos que povoam nosso tempo. Ela é, em suma, uma pedagogia neoliberal, feita por opressores para controlar a educação, dominar e conformar as gentes, realizando o intenso processo de opressão que mantém as gentes cativas nas relações de produção do capitalismo (ANDRADE, 2024, p. 16)

de escolas, assim como de qualquer outra instituição pública, o objetivo da gestão não deve ser o lucro, e sim o bem estar social, ou no nosso caso mais específico a desalienação e descoisificação da pessoa. Neste caso em que prevalece a perspectiva de gestão democrática, o papel da Coordenação Pedagógica não se trata de fiscalizar, e sim de auxiliar nos mecanismos de participação coletiva de todos envolvidos no projeto.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

Esta contradição de ter que cumprir um currículo engessado e tradicional ao mesmo tempo em que se tenta letrar criticamente os educandos, que é vivida não só em projetos institucionalizados, é um problema geral dos cursos preparatórios para provas do Estado, como Encceja e Enem. A institucionalização do projeto o acorrenta burocraticamente a um sistema gerencialista tendo em vista que esse é o modelo que rege o nosso sistema de ensino.

O modo de funcionamento do Desafio define normas gerencialistas, e ao mesmo tempo tenta se guiar por princípios da educação popular. As disciplinas engavetadas e os mecanismos de controle das frequências, são exemplos de como ainda reproduzimos muito das perspectivas da escola tradicional bancária.

Outro fator que desfavorece a ação pedagógica é a evasão dos colaboradores que atuam no curso, exclusivamente durante estes atípicos dois meses. Compreende-se que o processo educacional exige a aproximação do coletivo, pois a construção das relações interpessoais no ambiente impactam diretamente na aprendizagem. Isto se dá pela influência que a afetividade tem sobre o processo de ensino/aprendizagem.

Enquanto coordenador pedagógico um dos desafios encontrados está ligado à rotatividade do grupo. Diante da manutenção das bolsas ofertadas, o Desafio presenciou um momento de evasão de diversos colaboradores, dificultando as trocas necessárias entre professores e coordenação. Segundo o artigo 42 do regimento do Desafio (2024, p.11) compete à Coordenação Pedagógica:

Dar suporte pedagógico para as atividades do programa, auxiliando educandos e educadores sempre que necessário; Elaboração do ciclo de formação de educadores populares; Prover acompanhamento pedagógico aos educandos e educadores; Prover pela formação contínua dos educadores do projeto.

Ao compreender que a prática enquanto coordenador pedagógico está diretamente ligado à construção do processo educacional junto ao grupo enfatiza-se também a necessidade de maior tempo de permanência e atuação da equipe que compõem o coletivo. A construção de uma equipe colaborativa é um dos principais focos de uma gestão democrática, diante disso o tempo de participação enquanto bolsista também gera impactos na articulação do coletivo, sendo necessário visar um período maior para essa aproximação. Segundo Souza (2002, p.1) “para planejar, decidir, coordenar, executar ações, acompanhar e controlar, avaliar as questões públicas, é importante envolvermos o maior número possível de pessoas neste processo, dialogando e democratizando a gestão pública.”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de dois objetivos que a princípio parecem antagônicos, auxiliar na desalienação das pessoas e ensiná-las um currículo tradicional, o que se pode fazer é, através de práticas da perspectiva pedagógica popular, mudar a forma como se constrói estes saberes valorizados no currículo destas provas. E em meio ao conteúdo tradicional, questionar a origem deste conhecimento e trabalhar com temas que perpassam as disciplinas mais valorizadas e ampliem a leitura crítica sobre as mesmas.

Outrossim, é interessante reforçar a articulação entre a equipe que compõem o Desafio, pois é a partir do fortalecimento dessas relações que se garante a democratização do projeto. Visando o planejamento, avaliação e construção colaborativa de ensino.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Leonardo de.. **Pedagogia dos Tolos**. ed. Pelotas: Editora Fugitivo Literário, 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO CULTURA. DESAFIO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR. **Regimento interno Desafio Pré - Universitário Popular**. Este Regimento dispõe sobre a organização, estabelece as diretrizes para o funcionamento e dá outras providências para o Projeto Estratégico de Extensão Desafio Pré-Universitário Popular (PREC/UFPEL). Pelotas, 26 p. 2024. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/desafio/projeto/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

SILVA, Givanildo da; SILVA, Alex Vieira da; SANTOS, Inalda Maria dos. **Concepções de gestão escolar pós-LDB: o gerencialismo e a gestão democrática**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 533-549, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

SOUZA, Ângelo R. A democratização da gestão educacional. **GOUVEIA, Andréa et alli. Seminários temáticos**, v. 2, 2002.